

ERICOFIRMO@OPOVO.COM.BR

ÉRICO  
FIRMO



ESTA COLUNA  
É PUBLICADA  
DE TERÇA A  
SABADO

## LULA SERÁ CANDIDATO?

Em agosto de 2017, a Justiça proibiu a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) de conceder título de doutor honoris causa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Pouco tempo depois, conversando com um graduado membro do grupo Ferreira Gomes, perguntei se ele acreditava que Lula conseguiria ser candidato em 2018, ao que ele respondeu: “Não estão deixando nem ele receber título de doutor honoris causa”.

Aquele era o cenário de 2017/2018. O ambiente político era muito diferente. Lula estava politicamente esquelético. Sergio Moro, por sua vez, era onipotente. Quem imaginaria, dois anos atrás, que a operação Lava Jato conheceria seu fim, de cima para baixo, sem que houvesse protestos, sem que vozes se levantassem, sem o tilintar das panelas, sem camisas da seleção brasileira na Praça Portugal? Pois em 1º de fevereiro, a Procuradoria Geral da República (PGR) anunciou que a força-tarefa da Lava Jato estava dissolvida. Passaria a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Naquela noite, o centrão, mais numeroso alvo da Lava Jato, elegeu Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara dos Deputados, mas talvez uma coisa não tenha nada a ver com a outra. Lira foi eleito com as bênçãos de Bolsonaro.

Bolsonaro que disse em outubro do ano passado que acabou com a Lava Jato. Isso porque a corrupção no Governo Federal tinha acabado. Não tinha mais trabalho para a Lava Jato fazer. Em 2018, o candidato que dissesse que acabaria com a Lava Jato, mesmo de brincadeira, seria no máximo eleito deputado federal de baixo clero.

Moro era a personalidade mais paparicada do Brasil. Era capa de revistas como pessoa do ano. Cotado para concorrer a presidente, dizia não ter intenção de ser político. No fim de 2018 aceitou virar ministro de Bolsonaro. Superministro, de um ministério que reuniu Justiça e Segurança Pública. Hoje, um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) toma a decisão extrema de anular as condenações de Lula, no que foi recebido como tentativa de proteger Moro e o espólio da Lava Jato. Se vai conseguir ainda não se sabe. As chances parecem mais contra que a favor dele.

Sim, mas e o Lula? Vai ser candidato? Neste 2021, a possibilidade de o petista poder ser candidato em 2022 é muito maior do que, em 2017, se projetava para 2018. Isso quer dizer que ele será candidato? Não.

No Brasil de Jair Bolsonaro e da pandemia — necessariamente não nesta ordem — o intervalo de um mês é longo demais para projeções com ares definitivos. Do começo da semana para cá, as coisas mudaram demais. Daqui para lá, muita coisa pode acontecer. A decisão pode ser revista em algum dos recursos. Pode haver nova condenação, mas não é provável. Condenar Lula envolveu esforço e desgaste. Pode ocorrer de novo, mas parece mover novamente a pedra para o alto da montanha.

A impressão é que não há mais a mesma estrutura e a vontade institucional para impedir Lula de ser candidato. O que não quer dizer que não possa se reorganizar.

CAROLINA ANTUNES/PR



MORO não tem nem de longe o mesmo respaldo de quando virou ministro de Bolsonaro

### DOIS JULGADORES

Julgamento de ontem no STF tinha Moro sob os holofotes, um julgador que parecia disposto a atingi-lo — Gilmar Mendes — e o outro empenhado em protegê-lo — Edson Fachin. Não é papel a que se preste juiz de interior, que dirá ministro do Supremo.

### O INDICADO

É significativa a possibilidade de a decisão caber ao ministro Nunes Marques, o indicado de Bolsonaro. Será que ele decidirá a favor do novo inimigo do presidente (Moro) ou do antigo inimigo (Lula)?

# Possível candidatura de Lula em 2022 incomoda de Ciro a militares

**| REPERCUSSÃO |** Um dia após anulação de processos, sentença de Edson Fachin continuou sendo alvo de críticas

CARLOS MAZZA

carlosmazza@opovo.com.br

Um dia após serem anuladas condenações contra o ex-presidente Lula (PT) na Lava Jato, decisão do ministro Edson Fachin no caso continuou a repercutir entre políticos e segmentos diversos da sociedade. Ontem, foi a vez de militares do Exército e até do ex-ministro Ciro Gomes (PDT) criticarem a reabilitação eleitoral do petista pelo ministro e possível candidatura em 2022.

“O Brasil precisa, diante do programa grave que temos, construir um caminho de futuro e, francamente, não vejo o caminho de futuro ser construído com a volta ao passado lulopetista envelhecido, desgastado e inconfiável, e, pior, que tem a característica de fazer o outro lado se reunir também com base no ódio”, disse Ciro, em entrevista à rádio CBN.

Ciro destaca, no entanto, que concorda “juridicamente” com a decisão de Fachin. “Acabei de comemorar a devolução dos direitos políticos do Lula, porque ele tinha direito a isso. A vida inteira lutei, mas, se sob o ponto de vista jurídico ele tem esses direitos, politicamente ele faz parte grave do problema brasileiro”, diz Ciro, que defende “alternativas de esquerda” a Lula e a Bolsonaro em 2022.

Na última segunda-feira, o ministro Edson Fachin decidiu que a 13ª Vara Federal em Curitiba não era o “juízo natural” para o julgamento de casos contra o ex-presidente Lula na Lava Jato. Com isso, todos os processos e condenações contra o petista no Paraná — incluindo casos do triplex do Guarujá e do sítio em Atibaia — foram anuladas. Com isso, o petista recuperou os direitos políticos e entrou de vez nas articulações para a eleição de 2022.

Quem também comentou a decisão em tom crítico foi o vice-presidente Hamilton Mourão

HENRY MILLEO / AFP



LULA retomou seus direitos políticos após decisão do ministro do STF Edson Fachin

(PRTB) e uma série de generais de reserva do País. Pregando cautela e calma na análise do caso, Mourão disse que “tem muita espuma nesse chope ainda”.

“Olha, tem muita espuma nesse chope ainda, tem que ser decantado isso. Tem muita gente fazendo análise prospectiva por mera extrapolação de tendência, porque não se faz análise prospectiva assim. Então tem que esperar todas as consequências, todas as decorrências, então, tem muita coisa ainda para rolar”, afirma.

“Então, independente da gincana jurídica que seja feita... Anula processo, anula prova... A realidade é o seguinte, contra fatos não há argumentos. Então é isso que a gente vai aguardar que aconteça no futuro”, disse.

Já a fala de generais da reserva teve tom mais ríspido. No Twitter, o ex-ministro de Governo de Bolsonaro, general Carlos Alberto Santos Cruz, disse que a decisão “polariza a política nacional”. “Brasil está cansado de corrupção, demagogia, populismo, estelionato eleitoral. Precisamos de equilíbrio, paz, auxiliar os necessitados e vencer a pandemia. Rejeição a extremistas, fanatismo e desinformação”.



**Brasil está cansado de corrupção, demagogia, populismo, estelionato eleitoral. Precisamos de paz”**

Carlos Alberto Santa Cruz, ex-ministro



**Francamente, não vejo o caminho de futuro ser construído com a volta ao passado lulopetista”**

Ciro Gomes (PDT), ex-ministro

**Carta ao STF.** Direitos políticos de Lula

## Collor, Aécio e Felipe Neto se unem para pedir anulação de processos

Um grupo de juristas, políticos, artistas e diversas personalidades públicas enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma carta pedindo que a Corte anule “todos os processos relativos a Luiz Inácio Lula da Silva nas quais tenha havido participação dos procuradores da Operação Lava Jato e do então juiz Sergio Moro”.

Entre os integrantes do manifesto, estão, desde juristas renomados como Celso Bandeira de Mello e Dalmo Dallari, uma série de políticos como os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Fernando Collor (Pros-AL) e o deputado Aécio Neves (PSDB-MG). A carta tem também adesão do youtuber Felipe Neto, crítico de Jair Bolsonaro nas redes sociais, e artistas diversos, como o rapper Emicida, Gilberto Gil e Zeca Pagodinho.

Segundo a carta, diálogos revidados pela operação Spoofing “demonstraram haver reiteradas violações ao devido processo legal, bem como ao dever de imparcialidade da jurisdição e, ainda, dos deveres impostos aos membros do Ministério Público, nas investigações e nas ações penais da operação Lava Jato, em especial àquelas relativas ao ex-presidente”.

Em manifestos publicados nas redes sociais, envolvidos com o documento afirmam que ele não defende, por si só, a inocência de Lula, mas sim o direito do petista a um julgamento imparcial, o que não teria sido feito, segundo eles, por Sergio Moro na 13ª Vara Federal em Curitiba. Eles afirmam ainda que a carta surgiu a partir de um processo sem filiação partidária, com foco no respeito à

democracia e ao devido processo legal no País.

Diversos políticos de esquerda ou centro-esquerda assinam a carta, incluindo o candidato do Psol à Presidência em 2018, Guilherme Boulos, e o candidato do PT na mesma disputa, Fernando Haddad.

“Assim considerando, conclamamos, por meio da presente carta, que o Supremo Tribunal Federal reconheça referidas violações e, conseqüentemente, acolha plenamente o habeas corpus e anule todos os processos relativos a Luiz Inácio Lula da Silva nos quais tenha havido participação dos procuradores da Operação Lava Jato e do então juiz Sérgio Moro, garantindo-lhe o direito a um julgamento conduzido por procuradores efetivamente públicos e por um juiz imparcial”. (CM)